

A copesquisa militante no autonomismo operaísta

Bruno Cava

O operaísmo

Os operaístas são um dos mais produtivos grupos militantes e intelectuais de perspectiva marxista. Mais do que uma escola do pensamento, elaboraram uma prática ativista original, junto das mobilizações e lutas políticas de seu campo de atuação, conjugando densidade teórica e efetividade. Este artigo se propõe a investigar, preliminarmente, aspectos da metodologia desse movimento político e teórico cuja história, relativamente pouco difundida, ainda está sendo escrita.

Oriundo da Itália¹⁰, inicialmente reunido ao redor das revistas *Quaderni Rossi*¹¹ e *Classe Operaia*, o operaísmo se desenvolveu continuamente do início dos anos 1960 até o limiar dos anos 1980, em constante mutação a partir da análise das circunstâncias históricas, oportunidades políticas e possibilidades de composição, abertas por suas hipóteses para a transformação social e seus encontros militantes. No começo, era formado por dissidentes do Partido Socialista Italiano (PSI) e do Partido Comunista Italiano (PCI), decididos a realizar um retorno à Marx. A renovação do marxismo pelos operaístas teve por primeiro objetivo desenvolver ferramentas para lidar com os desafios revolucionários, no contexto da intensiva industrialização fordista da Itália do pós-guerra. Nesse escopo, eles propuseram radicalizar o marxismo professado pela esquerda oficial nos partidos e sindicatos, cuja atuação fora diagnosticada pelos operaístas como já funcionalmente integrada à própria matriz capitalista de dominação. Determinaram-se a estudar a realidade da fábrica italiana, para apreender as relações de força e os dispositivos materiais de exploração e comando capitalista (a composição or-

10 ALTAMIRA, César *Os marxismos do novo século*. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: 2008. Civilização Brasileira. Capítulo 2: O operaísmo italiano. P. 115-217. Mais sobre a história do operaísmo autonomista: WRIGHT, Steve. *Storming heaven: class composition and struggle in Italian Autonomist Marxism*. NY: 2004, mimeo. BALLESTRINI, Nanni; MORONI, Primo. *L'orda d'oro*. Milão: 1988, Sugar & Co.

11 Fundada por Mário Tronti e Raniero Panzieri, teve seis números semanais sobre composição de classe e autonomia operária, de 1961 a 1966. Desse período, referência central é: TRONTI, Mario. *Operai e capitale*. Turim: 1966, Einaudi.

gânica do capital), bem como sondar a composição política de classe que lhe poderia resistir e combater. A partir daí, realizaram análises inovadoras e discussões políticas, circulando nos movimentos sociais e se articulando aos desejos e organizações de resistência de seu tempo, como uma autêntica subjetividade ativista. Em síntese, para o pesquisador argentino César Altamira, a originalidade operaísta repousa “*na alternativa teórica à ortodoxia marxista predominante nos partidos comunistas, à teoria crítica pela Escola de Frankfurt, ao existencialismo humanista de Jean-Paul Sartre e ao estruturalismo de Louis Althusser*” (ibidem, p. 118). Além do marco teórico, não se pode esquecer que o operaísmo não se restringiu a um fenômeno circunscrito à intelectualidade marxista. Ele somente pode ser entendido e explicado quando também considerado uma expressão das forças vivas do movimento dos trabalhadores em estado de revolta, como uma cultura de resistência e um fenômeno de contrapoder de significativa abrangência.

Na virada para os anos 1970, o operaísmo se ramificou em duas trajetórias. De um lado, o grupo mais ligado a Mario Tronti passou a adotar o conceito de “autonomia do político” em relação à “autonomia de classe”, ao mesmo tempo em que apostou na criação de um sindicato de “tipo novo”, e se reintegrou às fileiras do PCI. Do outro lado¹², o grupo com Antonio Negri e Sérgio Bologna rompeu de vez com a esquerda “oficial”, afirmando a autonomia da classe operária diante de qualquer mediação por parte de estado, partidos, sindicatos ou outras instâncias de representação. Para eles, o movimento de transformação deve assumir a perspectiva diretamente de classe, contribuindo para a auto-organização dos trabalhadores, a partir da realidade concreta do trabalho e da exploração, menos do que depender de mediações e interpretações externas. Pontuando o surgimento da vertente autonomista, Giuseppe Cocco explica:

Após mais de dez anos de contribuições teóricas inovadoras — crítica à tradição do movimento operário ‘oficial’, às noções gramscianas de ‘bloco histórico’ e ‘intelectual orgânico’ — e de conricerca, isto é, de pesquisas diretamente en-

12 A corrente mais autonomista e movimentista se organizou em dois eixos principais: *Potere Operaio* e *Lotta Continua*. O primeiro, *Potere Operaio*, título também de sua revista, durou de 1969 a 1973, encabeçado por Antonio Negri, Sérgio Bologna, Oreste Scalzone e Lanfranco Pace, até gerar o mais famoso *Autonomia Operaia* (1973-79), que se concentrou nas lutas dos desempregados, trabalho informal, artistas, coletivos culturais, imigrantes e outros setores não-contemplados pela concepção rígida de proletariado industrial dos sindicatos. O segundo, o grupo *Lotta Continua*, baseou-se mais ao noroeste italiano (principalmente Turim) e durou até 1982, articulando lutas de universidades e fábricas.

volvidas com a construção de instâncias organizacionais dos novos sujeitos... (COCCO, 2001, p. 16).

Por esse motivo, o último grupo foi sucessivamente repudiado por organismos da esquerda mais representativa e seus intelectuais institucionais.

O operaísmo é uma força política marxista que, graças à metodologia de pesquisa e formas de atuação, conseguiu disseminar-se pelas redes de movimento na Itália dos anos 1960 e 1970. Foi um trabalho cooperativo, ombreado com os trabalhadores, numa frente sucessivamente redefinida com novos sujeitos e composições sociais, à medida que emergiam e se organizavam no mundo do trabalho vivo. Operou lado a lado com coletivos autônomos além dos sindicatos e auto-organizações de trabalhadores, em meio ao cotidiano, mas também a greves, marchas e ações diretas. Esteve integrado às lutas reais, especialmente, no “Outono Quente de 1969” (o “Maio de 68” italiano), nas “greves selvagens” de 1973¹³ e no heterogêneo Movimento de 1977¹⁴.

Em 1979, os autonomistas operaístas sofreram a repressão intensificada por parte do aparato estatal, mediante processos, perseguições, censuras e prisões arbitrários, na sequência do assassinato de Aldo Moro (cometido por outro grupo, as *Brigadas Vermelhas*). A repressão contou com a cumplicidade do PCI que, no final da década, compunha uma coalizão de governo com o partido de centro-direita, a Democracia Cristã. Seguiu-se então um período de diáspora, com o exílio de vários pensadores e militantes por outros países. Não houve Lei da Anistia na Itália. Passados 30 anos do desmantelamento formal da *Autonomia Operária*, sua força segue pulsante não só como memória das lutas, mas também como um desejo de resistir e reexistir, consistentemente articulado em propostas de organização política, metodologia militante e ferramentas de análise.

Sobre a corrente operaísta-autonomista, no artigo *Sobre a dita “Italian Theory”*¹⁵, Matteo Pasquinelli aponta a recente virada da atualidade acadêmica nas universidades anglo-americanas. Se, no começo dos anos 2000, a “*French Theory*”, pós-estruturalista e desconstrutivista, predominava em conferências e cursos, concentrada em filósofos como Michel Foucault, François Lyotard, Gilles Deleuze, Jacques Lacan, Paul Ricoeur e Jacques Rancière, Pasquinelli anota uma

13 Destaca-se a massiva ocupação da fábrica da Fiat em Mirafiori, em março de 1973.

14 Vale a leitura o bom verbete da Wikipédia em italiano, Movimento Del '77.

15 Cf. o artigo em seu site pessoal de Matteo Pasquinelli, *On the so called Italian Theory*. Disponível em: <http://matteopasquinelli.com/on-the-so-called-italian-theory>, acesso em fevereiro de 2012.

reocupação desse espaço universitário por parte de autores formados no operáismo: Antonio Negri, Paolo Virno, Christian Marazzi, Sandro Mezzadra, Maurizio Lazzarato e Franco Berardi. “Negri reivindica para o operáismo o projeto de uma ontologia constituinte, retomando o fio do discurso onde o pensamento francês havia deixado desejo e micropolítica” (PASQUINELLI, 2012). A virada de interesse no interior da filosofia nas instituições de pesquisa está relacionada à força da “ontologia italiana” para pensar as lutas sociais e fortalecê-las, no contexto de crise globalizada do capitalismo. A maquinaria intelectual e militante do operáismo permite se situar à altura dos debates filosóficos políticos de seu tempo e, ao mesmo passo, à margem dos grandes troncos da filosofia analítica (da linguagem) inglesa, da hermenêutica alemã (heideggeriana, de “direita” ou de “esquerda”) e do Desconstrucionismo francês (derridiano).

Em nota sugestiva, Pasquinelli sublinha o caráter materialista e antagônico da “*Italian Theory*”, que não deve ser esquecido inclusive para dentro das lutas na universidade e na produção do conhecimento, que não pode se separar completamente das mobilizações transformadoras. O núcleo inovador do operáismo, que não se pode perder com a recente tendência de “academicização”, reside no campo compartilhado da copesquisa [*conricerca*] entre intelectuais, militantes e movimentos. A copesquisa recusa a disciplinaridade dos saberes e a hierarquização interna à produção social do conhecimento ou “entre sujeito e objeto da investigação” (a distinção epistemológica neokantiana). “*Conricerca* significa hoje repensar, até dentro da universidade, o nó entre práxis e teoria na época da crise financeira” (idem).

É por não sublimar a metodologia militante, diretamente implicada no conhecimento produzido, que o operáismo não correrá o risco de degenerar em mais uma teoria meramente acadêmica sobre o existente.

A conricerca como subjetivação das lutas

Os operaístas nomearam *conricerca*¹⁶ seu método de pesquisa militante. A copesquisa começou quando alguns intelectuais e militantes decidiram produzir conhecimento formando redes transversais com a classe operária, imergindo na organização *real* dos trabalhadores dentro da fábrica *real* de sua época. Ou seja, no interior das grandes formações industriais do norte da Itália, no auge do Fordismo, durante o período de crescimento econômico do segundo pós-guerra (o “Milagre Italiano”). Na Itália dos anos 1960 (ALQUATTI, 1993), esta prática se

16 Traduz-se aproximadamente por “copesquisa”.

contrapunha à do “intelectual orgânico” de partido comunista. Geralmente advindo das camadas médias e universitárias, era formado na linha do partido e então apresentado nas fábricas, greves, comícios e intervenções públicas, com a missão de vocalizar os dirigentes e conscientizar a massa de trabalhadores de sua própria luta. Na copesquisa, diversamente, com todas as considerações e problemas associados, se propunha a romper a verticalização ideológica da produção do conhecimento, que acabava reproduzindo a mesma divisão hierárquica do trabalho que o marxismo costuma criticar.

Nessa proposta, os operaístas passaram a se articular diretamente com o “chão de fábrica” e os movimentos sociais, mediante entrevistas, enquetes, encontros, articulação de textos e debates, sem mediações institucionais entre uns e outros. Os primeiros envolvimento do novo método foram coordenados pelo operaísta Romano Alquati nas grandes fábricas da FIAT e da Olivetti, na virada para os anos 1960. A hipótese de pesquisa era ousada: “na opinião dos pesquisadores, uma série de processos objetivos e subjetivos estavam se desenrolando na FIAT, de forma a estabelecer as bases para a ressurgência da luta de classe dentro da empresa” (WRIGHT, 2004, p. 47). Considerava-se que era importante compreender a relação social entre as classes, no lugar mesmo em que ela acontece: no momento produtivo. A partir daí, eram discutidos, junto dos operários, o funcionamento real da empresa, as formas de cobrança e supervisão, a remuneração e a premiação, e a organização do trabalho, bem como a mediação exercida pelos sindicatos e centrais sindicais. De maneira que os operários, eles mesmos, em conjunto com os pesquisadores, desenvolvessem progressivamente um *ponto de vista* a respeito de sua condição, diante da maquinaria produtiva em que estavam funcionalizados.

Assim, a *conricerca* gera efeitos na organização política de classe, que por sua vez determina o sujeito da pesquisa, uma composição combinada de vozes “externas” e “internas” ao processo. De modo mais arejado do que aplicar dogmaticamente categorias de alguma teoria pré-estabelecida, a *conricerca* expõe e produz ressonância sobre os comportamentos operários, decorrentes da real inscrição da força-trabalho nos mecanismos de exploração. Com isso, começa a perceber micro-resistências de classe, pequenas sabotagens e recusas, disrupções e insatisfações localizadas, pouco visíveis, mas, ainda assim correntes, e discretamente intercambiadas entre grupos de trabalhadores. Essas micro-resistências podem ser articuladas, potenciadas, podem ganhar momentum como força política. Elas exprimem uma inadequação subjetiva que, com auto-organização que a

copesquisa estimula, pode adensar e espessar em consistência e duração, a fim de enfrentar diretamente as técnicas de gestão do trabalho e os gestores capitalistas.

Por isso, se diz que a *conricerca* é antes uma pesquisa da subjetividade, do que da lógica objetiva de como se produz valor numa unidade produtiva de organização capitalista (WRIGHT, 2004, p. 49). A luta de classe acontece, essencialmente, quando há uma apropriação subjetiva das condições de produção que o capital faz parecer como objetivas (mas que desde o princípio dependeram da subjetividade). Isto é, depende de um processo de subjetivação da condição de explorado, de uma ativação dos antagonismos internos à relação do capital, que se esforça por mediar a relação social por meio das coisas. Não há pretensão de neutralidade. Mais do que apenas colher uma base sociológica empírica para metas de pesquisa, acercando-se do objeto com uma metodologia de tipo epistemológico, a *conricerca* propõe-se a assumir inteiramente o ponto de vista de classe, adotar abertamente a parcialidade das lutas operárias. Tudo isso para, daí, desse conhecimento situado subjetivamente, compreender o todo, sem perder de vista a sua importância como organização política. Se, por um lado, ganha corpo com a experiência e a perspectiva desenvolvida pelos trabalhadores; por outro, compartilha e faz circular os saberes e hipóteses, contribuindo para a auto-organização do movimento, para a geração de uma composição que, a rigor, não existia. Desta maneira, podem ser superados muros teóricos e práticos, propiciando encontros entre lutas paralelas e conectando pontos soltos das articulações existentes, além de proliferar locais para os possíveis de antagonismo e resistência. Trata-se de um processo multidirecional, *work in progress*, que coordena a produção do conhecimento e ação política, para a ruptura da condição explorada. A pesquisa não se organiza como uma espécie de vanguardismo, que venha a considerar a classe operária “alienada” da luta de classe e pacificada pelas seduções ou injunções do capital. Pelo contrário, admite que o espontaneísmo das insatisfações, localizadas e dispersas, já é um embrião da dita “consciência de classe”. “Alquati racionava: se Lênin estava certo em insistir que a consciência de classe fosse trazida de fora, estava errado em pensar que essa consciência poderia ocorrer fora do contexto da produção mesma” (WRIGHT, 2004, p. 50). A copesquisa perquire pontos de antagonismo difundidos ao longo das cadeias de organização do trabalho e assalariamento, e então busca articulá-los na autonomia do movimento real da própria classe em processo.

Na *conricerca*, portanto, não se pode falar propriamente numa preocupação em modificar o *objeto* da pesquisa, na medida em que o operariado sequer é visto como objeto. Não existe a distinção entre sujeito e objeto da pesquisa, de-

vendo avançar em permanente autocrítica (formal e material) no sentido da mútua implicação entre lutas e teoria, no sentido de uma teoria das lutas imanente aos problemas de autonomia, resistência e estratégias coletivas do movimento. Isto não significa depor o rigor, mas redimensioná-lo como resultado das interações diretas entre os muitos agentes, enredados na produção colaborativa do conhecimento. O objetivo é tanto conhecer para transformar, quanto transformar para conhecer. As sínteses prático-teóricas permitem, se bem sucedidas, vão reforçar a autovalorização do movimento, ao valorizar a capacidade de os próprios sujeitos se envolverem em narrativas sobre si e a condição da fábrica, que os empoderam como força política auto-organizada. Nesse contexto, a colocação do problema – o estabelecimento das hipóteses, as referências teóricas e a autoformação dos grupos – precisa acontecer numa espécie paradoxal de “espontaneidade estimulada”, em que os pesquisadores se preocupam em abolir as muitas fronteiras e assimetrias e, fazer parte, eles mesmos, do encontro entre teoria e militância. Tudo isso dentro de uma problemática política, que também se metamorfoseia ao longo da *conricerca*.

Não se deve, de qualquer forma, mistificar a horizontalidade, como se fosse um ponto de partida da copesquisa. A horizontalidade é ponto de chegada, e se condiciona a um trabalho intensivo de exposição e superação dos inúmeros desníveis, hierarquias ocultas e assimetrias, encontrados no seio do movimento e na sua relação com os pesquisadores-militantes.

Segundo o historiador do operaísmo (ele mesmo operaísta-autonomista) Gigi Roggero, a copesquisa:

Ou servia para organizar autonomamente os trabalhadores, ou então não existia. E não havia qualquer ideal populista de horizontalidade: o prefixo “con” expressava o questionamento das fronteiras entre a produção de conhecimento e de subjetividade política, entre ciência e conflito. Não se tratava simplesmente do conhecimento, mas da organização de uma resistência. Conricerca era a ciência da classe trabalhadora. (ROGGERO, 2011, p. 15-16).

Os Grundrisse como método

Se a copesquisa informa um método de atuação dos pesquisadores no campo, junto a movimentos sociais, os operaístas também elaboraram continuamente ferramentas de caráter mais conceitual, para operacionalizar a política das lutas. Para introduzir essa elaboração teórica, vale, brevemente, reconstruir a trajetória heterodoxa do marxismo apropriado pelos operaístas. Isto porque o operaísmo nunca deixou de reivindicar uma apropriação bastante singular da obra de

Marx. A metodologia operaísta para a formulação teórica, no interior mesmo das lutas e movimentos, se assenta em última análise sobre o método de Marx. É um marxismo estratégica e seletivamente retrabalhado, tomando por linhas de força a emergência de novos sujeitos das lutas e a ruptura com o socialismo oficial das esquerdas dominantes na Europa Ocidental.

Pode-se assumir por eixo da reconstrução uma das realizações teóricas mais significativas do autonomismo operaísta. *Marx além de Marx* (NEGRI, 1991), foi escrito em 1978 por Antonio Negri para uma série de seminários apresentada na École Normale Supérieure, a convite de Louis Althusser. Esse trabalho culmina as elaborações teóricas realizadas em esquema de *conricerca* durante a década de 1970, e conquistou fortuna militante entre teóricos radicais e movimentos. Simultaneamente, é a obra de encerramento de um período das produções de Negri, que vai da associação com os intelectuais das primeiras revistas operaístas dos anos 1960 até a segunda prisão do filósofo, em 1979. Depois do que, passará a recombinar o seu pensamento com os estudos aprofundados e criativos de Spinoza.

Marx além de Marx compõe-se de nove lições sobre cadernos manuscritos de Marx impublished em vida, os *Grundrisse* (MARX, 2011). Os *Grundrisse* ocupam um lugar central na teoria e prática do operaísmo. É a “Bíblia do operaísmo” (TOSCANO, 2009, p. 123). Especialmente, em termos de metodologia materialista: “A importância excepcional dos *Grundrisse* nas configurações do pensamento marxista está baseada no método” (NEGRI, 1991, p. 11). Negri sustenta a autonomia dos *Grundrisse* em relação a *O Capital*, em vez de diminuí-lo como mero trabalho preparatório ou instrumental. O “*Marx além de Marx*” do título pode, então, ser lido como o Marx dos *Grundrisse* além do Marx de *O Capital*. Para Negri, os *Grundrisse* contêm um Marx superabundante, selvagem, pleno de intuições e inquietações, que somente em parte pôde ser vertido nos textos publicados em vida. “Os *Grundrisse* foram escritos no delírio de uma inspiração poderosa, no desespero do isolamento profundo, num momento em que a prática foi colocada em xeque. Foram escritos febrilmente, à luz da meia noite” (ibidem, p.15). As peças mais polidas e sistemáticas que o filósofo conseguiu ver publicado foram capazes de exprimir *parte* do conjunto do pensamento abrangente de Marx, nunca o conjunto completo.

A manobra operaísta de resgatar os *Grundrisse* visa, também, a polemizar com a ortodoxia marxista praticada pela esquerda oficial italiana. Para Negri, esta insistia numa tomada mais objetivista e economicista da crítica da economia política. O materialismo estava degenerando para um tipo de determinismo, com

categorias rígidas cada vez mais próximas do dogma, o que repercutia na incapacidade de apreender e reforçar as lutas contemporâneas, bem como na redução do espectro de sujeitos sociais que poderiam compor e organizar a classe proletária. Ou, por outro lado, levava a uma atitude passiva, de espera de alguma conjuntura objetiva de crise, a partir da qual, porventura, viria a ocorrer a revolução: como consequência de catástrofe econômica ou caos político. Ou, ainda, convertia os marxistas no poder (do PCI, por exemplo) em gestores tecnocráticos da economia capitalista, num discurso de planificação do capital e de conciliação de classes, segundo planejamentos a partir do estado. Os “revolucionários” se tornam mais preocupados em fazer funcionar a máquina de um modo mais humano ou justo, do que em reforçar a resistência operária no propósito de sabotagem e destruição do capitalismo. A leitura objetivista deslocava o foco dos marxistas dos processos sociais de insurgência, levando os partidos e sindicatos a coabitar a máquina capitalista da representação e suas esferas de negociação, planejamento e síntese. Tudo isso termina por tirar o marxismo do foco na subversão da ordem e no poder constituinte, para reinstalá-lo, domesticado, num gradual reformismo de poder constituído. Com uma leitura simultaneamente rigorosa e inovadora dos *Grundrisse*, Negri se decidia a atacar a neutralização “marxista” do ímpeto revolucionário, dentro do próprio marxismo, que estava sendo reduzido a um reformismo anódino (quicá ao puro e simples conservadorismo), tendências que pairavam nas “esquerdas oficiais” dos anos 1960 e 1970, amiúde muito pouco alinhadas e até inimigas das mobilizações políticas de classe de seu tempo. Os inimigos teóricos de *Marx além de Marx* são, portanto, as teorias socialistas voltadas ao planejamento, à representação, ao reformismo e à mediação de classe. Portanto, “a objetivação de categorias em *O Capital* bloqueia a ação da subjetividade revolucionária. Não seria o caso de os *Grundrisse* serem um texto dedicado à subjetividade revolucionária?” (NEGRI, 1991, p. 2) E ainda, “Nos *Grundrisse*, o marxismo é uma teoria anti-econômica” (ibidem, p. 10).

Nesse sentido, o que importa às lutas sociais, – mais do que o fechamento sistêmico de teorias econômicas ou sociológicas, – é levantar a questão “da relação entre a crise e a emergência da subjetividade revolucionária” (NEGRI, 1991, p. 11). Assim, “a iminência da crise não pode se restringir simplesmente à ocasião de uma previsão histórica; ela se torna uma síntese prático-política” (ibidem, p. 2). Isto significa que a crise não deveria ser respondida pelos marxistas com esforços e tentativas de recuperação e profilaxia, a fim de reformar o funcionamento global da economia. Tampouco, com algum diagnóstico sobre as razões cíclicas ou as contradições autodestrutivas do sistema, que não consiga ver a crise como

produção dos próprios movimentos e resistências, como ressonância da subjetividade revolucionária, mais que defeito sistêmico objetivo. Por isso, a crise pode ser respondida com a radicalização dela mesma, no sentido revolucionário, pelo aprofundamento e intensificação da organização de classe.

Para o autor, mais importante do que engendrar uma sociologia do capital, ou longas e detalhadas descrições dos dispositivos econômicos do sistema capitalista, faz-se necessário concentrar, primeiro de tudo, nos movimentos e lutas como produção imanente de crise, da “*subjetividade revolucionária*”. Mas o que isto significa? Em primeiro lugar, implica sondar nas forças sociais os pontos de antagonismo, os momentos determinantes, ainda em estado de processo, semi-espontâneos, mutantes, onde sucedem as resistências e as reinvenções subjetivas, e aparecem as novas composições do trabalho vivo (sua forma de cooperação, comunicação, circulação, afetiva, as relações entre as esferas da produção e da reprodução). Os conceitos precisam ser capazes de “mover a análise a cada vez em novos terrenos indeterminados, constituídos de modo que possam ser redefinidos, caracterizados” (ibidem, p. 15). Em segundo lugar, renunciar à paixão da totalidade e ao excessivo caráter sistêmico, — bem como ao fetiche do método que o desvincula da própria jornada, do caminhar mesmo que propõe. A análise precisa evitar esquemas binários que não contemplem “a pluralidade e a diversidade da subjetividade” (idem). Abrir-se para a prospecção de novas realidades e novas formulações no seio mesmo dos processos sociais críticos, no interior e além da crise. A luta de classe não pode ser enrijecida em esquemas fechados, que paralitem o movimento vivo da criação, que permitam sejam erigidas instâncias representativas da luta mesma. Com isso, Negri diz ser possível “um método materialista completamente subjetivado, totalmente aberto ao futuro e criativo, que não pode ser confinado à totalidade dialética ou unidade lógica”.¹⁷ Dinamismo, abertura, fluidez, — e o entendimento antideterminista de que as determinações

17 A *autonomia* das forças vivas do trabalho em relação ao processo de exploração e comando do capital, em suma, autonomia do trabalho em relação ao capital, autonomia de classe, é uma tese autonomista-operaísta que transcende o operaísmo de primeira extração (começo dos anos 1960), como de Mário Tronti, onde a tarefa de classe operária consiste em recusar e dialeticamente inverter as abstrações e mediações que sustentam os processos capitalistas sobre o trabalho. Diversamente, a organização da autonomia para Negri e os autonomistas não depende de nenhuma relação dialética com o capital, a ser invertida. Por sinal, para Negri, a resistência não deve se pautar na inversão da relação social do capital, mas de sua destruição não-dialética (absoluta), da progressiva autonomização do trabalho vivo ante o capital. (Cf. ALTAMIRA, 2008, p. 186-211). Para uma síntese de teses operaístas mais afinadas ao método dialético, ver em TRONTI (1980), *The Strategy of refusal in Italy*.

materiais são pontos de chegada e sempre atravessadas por conflitos, concreções precárias, instáveis, reversíveis, destrutíveis, sujeitas à reacomodação e à requalificação das forças em disputa. Está em pauta uma organização da autonomia da produção militante, uma organização cumulativa das insatisfações, desejos e revoltas espontâneas, em crise geral e efetivamente transformadora. A subjetividade revolucionária assume um status de autonomia em relação às condições objetivas e econômicas do processo do capital. Não é produzida por falhas objetivas; mas é ela mesma, a subjetividade, que instabiliza e sabota o funcionamento do processo. O que, por sua vez, implica aprofundar a força do desejo (da reinvenção, da crítica criativa) além de necessidades ditadas pelo capital, o trabalho vivo além da sua objetivação em valor, e a subjetividade além de concepções epistemologicamente objetivantes dos sujeitos sociais, como alguma ciência reificadora, – ainda que maquiada do ruído socialista.

Em conclusão intermediária, “o método marxista é constituinte quando a luta de classe constitui antagonismos explosivos”. Cabe à pesquisa perscrutar pelos potenciais de explosão, pela capacidade de difusão e articulações deles, por novos terrenos de constituição de determinações, onde emergem sujeitos, na franja mesma em que emergem, inacabados e desejanter, – isto é, como subjetividades. Deve manter prospectivo o campo plural de lutas, examinando e mesmo imaginando os saltos, as rupturas, as descontinuidades, as urgências contingentes e, sobretudo, a extrema conflitividade que perpassa todas as sínteses e determinações operadas pelo lado do capital. Assume o antagonismo, sem margem à conciliação, entre a subjetividade revolucionária e a subjetividade do capital.

O conceito de subjetividade (que é um objeto real)¹⁸ propicia aos operáistas evitar uma visão marxista vulgarizada nas esquerdas oficiais da época, que separa infra (forças econômicas) e superestrutura (política, cultura, ciência). Estabelecem uma dicotomia onde a ideologia operária na segunda camada, como momento determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas. O direito constituiria, por exemplo, uma ideologia burguesa, que funciona no nível superestrutural. Em termos práticos, isto altera coordenadas do modo de fazer as lutas políticas, que não se dão mais como *confronto direto* pela reapropriação das condições de produção, mas como trabalho de conscientização das massas sob o efeito da ideologia, que deveriam ser esclarecidas pela via de um positivismo

18 Para mais detalhes sobre subjetividade, ver o texto já clássico de Félix Guattari e Suely Rolnik, *Micropolítica: cartografias do desejo* (2005), especialmente o capítulo II, Subjetividade e História, p. 33-148. Sobre o estado do debate atual, vale conferir O animismo maquínico, artigo de Angela Melitopoulos e Maurizio Lazzarato publicado pela *Lugar Comum* n. 33-34 (2012).

científico de coloração marxista. Ainda no exemplo do direito, este “marxismo mecanicista consiste na produção de uma imagem que neutraliza as lutas de classes e na tradução de uma visão positivista do mundo social, que não explicita o próprio processo de produção do direito, como superestrutura e como ideologia” (FALBO, 2010, p. 399).

Aí se deve reconhecer, apesar de divergências noutros pontos, a contribuição de Althusser na crítica ao marxismo objetivista, que o operaísmo desdobra. Partindo da citada dicotomia, o filósofo francês propõe “o caráter material da ideologia” (ibidem, p. 400). A fim de reproduzir as condições sociais de existência do capital, a ideologia existe *materialmente*, e se desdobra em comportamentos, práticas e relações reais. Não se trata de ilusões na cabeça das pessoas, de algum problema psicológico, mas do funcionamento real da sociedade, suas estruturas e instituições em suas relações sociais. A contribuição althusseriana provoca um deslocamento do objetivismo dicotômico dominante nas esquerdas oficiais, o que igualmente pode conduzir à pesquisa de subjetividade. Nessa acepção materialista de “ideologia”, mais próxima de subjetividade, “não há ideologia senão para homens concretos e através de homens concretos e não há prática senão através de ideologia e amparada por ideologia” (ibidem, p. 413). Por meio dela, os indivíduos se subjetivam e podem emergir como sujeitos políticos, contrapostos aos aparelhos de dominação capitalista. Este não é um processo psicológico de conversão ou esclarecimento científico, mas uma interpelação política prorrompida pela realidade em que se vive e se pensa, um agenciamento social de práticas de resistência e afirmação de classe em processo. Disso, decorrem enormes incidências na metodologia de campo, uma vez que tende a similarmente considerar o mundo da produção como um problema de comportamentos e relações reais ante as formas de exploração e mando, em vez de incorrer no reducionismo do mascaramento ideológico (no sentido de idealismo).

O operaísmo autonomista, em geral, supera a problemática da ideologia e da dicotomia entre infraestrutura e superestrutura, por meio do ferramental conceitual da produção de subjetividade, considerando que, desta maneira, coloca melhor o problema materialista, sob o ponto de vista de classe, isto é, revolucionário.

O método da tendência antagonista

Negri dedica a lição 3 de *Marx além de Marx* (“O Método da Tendência Antagonista”. NEGRI, 1991, p. 41-58) para tratar exclusivamente sobre metodologia conceitual. Adota por ponto de partida o Caderno MDE Marx, também co-

nhecido por “Introdução” dos *Grundrisse*. Escrito no mesmo período do final da década de 1850, o Caderno M foi publicado junto com os *Grundrisse* na primeira edição moscovita, um século depois. O filósofo italiano afirma que a relação entre eles vai além da justaposição editorial, visto que eles se articulam organicamente, como uma síntese metodológica que percorre a formulação da subjetividade revolucionária nos cadernos.

A Introdução coloca, inicialmente, o problema da abstração. Quando uma abstração interessa à compreensão da realidade e suas conexões? Quando não passa de fantasia para mistificar as relações materiais? De que modo abstrair enquanto pesquisador materialista? E quando desmascarar abstrações mistificadoras?

Marx (ver este parágrafo nos *Grundrisse*, p. 39-43) expõe o caso da “produção em geral”. Para os economistas políticos liberais, quem produz em primeiro lugar são os indivíduos. A partir dos indivíduos, entendidos como átomos com autonomia da vontade, se desenvolvem as trocas, pactos, cooperações, competições, associações e organismos coletivos. A premissa da produção é, portanto, o indivíduo. Marx contesta a “robinsonada” máxima da economia burguesa, na medida em que o próprio indivíduo já é uma produção social. O indivíduo não pode ser naturalizado como a fonte da produção, quando é, desde criança, atravessado pelo conjunto de relações sociais que o interpelam, num constante processo autoconstitutivo, onde não se pode falar propriamente em “dentro” e “fora”. O indivíduo dentro da lógica liberal, como sujeito livre e igual de direitos, dotado de autonomia da vontade e capacidade de obrigar-se, capaz de trocar produtos no mercado, já é uma realidade determinada historicamente, resultado de certo desenvolvimento das forças produtivas e da reorganização e/ou dissolução das formas históricas que lhe precederam. O indivíduo consiste, assim, de uma abstração que mistifica o jogo de forças e relações que propiciam que algo como o indivíduo exista em certa formação histórica da produção em geral. Até aqui, se está numa manobra conceitual bastante conhecida da crítica da economia política. O mais original, contudo, vem a seguir.

O que intriga Marx é como o indivíduo burguês, ao mesmo tempo em que é abstrato e isolado, pode compor a matriz produtiva da “época das relações sociais (universais desse ponto de vista) mais desenvolvidas até o presente”. Isto é, no movimento mesmo em que o indivíduo é abstraído e isolado, ele se torna funcional à maquinaria mais complexa e engenhosa até então: o modo de produção capitalista. A abstração, portanto, não tem o condão de criar uma fantasia inexistente, para mascarar o existente, – como se o problema do materialismo

fosse denunciar a ideologia por meio de uma ciência verdadeira. Com efeito, a abstração se constitui de um processo onde a mesma operação que abstrai conceitos (indivíduo, valor, trabalho) organiza-os entre si num processo dinâmico (o capital). Nessa maquinação processual, que concatena e encadeia dinamicamente, determinações contraditórias passam a coexistir no mesmo conceito, e se alternar entre si, em função do momento dinâmico do processo como um todo. Daí que, ao mesmo tempo, o conceito de indivíduo carregue a determinação privada (homem econômico no mercado) e pública (cidadão); o de valor, como de troca e de uso; o capital como variável (trabalho vivo) e constante (trabalho morto). Essa abstração força duas determinações a habitar o mesmo conceito, para que o processo continue se movendo. Essa abstração é real, na medida em que é assim, *realmente*, que os indivíduos se comportam na realidade, que o valor circula no capitalismo, e que o trabalho é explorado pelos patrões..., *tudo isso coordenadamente*; fenômenos que não se limitam a acontecer na cabeça dos marxistas.

Marx propõe mover o plano de abstração das robinsonadas para o plano da produção em geral. Desse ponto de vista, o que persiste nas formas históricas é a produção e não o indivíduo. E é ao redor da produção que se devem estender as malhas conceituais e falar de meios de produção, trabalho acumulado, organização do trabalho, forma de governo, relações jurídicas e o restante da maquinaria conceitual que Marx introduziu. Este deslizamento se torna fundamental para o intento de Marx, pois a produção é um conceito de atividade, de geração, que permite analisar os processos e não somente os produtos (o indivíduo, a riqueza, a propriedade). É assim também que a abstração pela produção em geral permite articular como totalidade processual as diversas esferas produtivas do capital: produção, circulação, distribuição e consumo (MARX, 2011, p. 44-52). Todas elas se imbricam e se determinam mutuamente, sem algum progresso linear da produção ao consumo. Tanto a produção implica o tipo de produto a ser consumido, quanto o consumo determina a produção. Tanto a primeira produz o consumidor, quanto o último o produtor. “A produção, por conseguinte, produz não somente um objeto para o sujeito, mas um sujeito para o objeto” (ibidem, p. 47). O filósofo alemão está mais preocupado nas relações reais que se estabelecem num processo dinâmico do que num substrato essencial, uma unidade auto-idêntica (identidade perene) que pudesse marcar algum conceito. Os conceitos se definem mais pelo papel orgânico e dinâmico no processo, inclusive contradizendo-se ao longo do desenvolvimento.

Negri sublinhará dessas passagens metodológicas o fato que todas as determinações particulares estão baseadas na diferença entre si, no seu aspecto

relacional e dinâmico¹⁹. A totalidade, portanto, unifica as diferenças em processo, e assim produz uma estrutura dinâmica formada pelas abstrações reais. O que importa, para Negri, não é parar a análise por aí, como descrição do funcionamento do capital, mas apontar as “descontinuidades dos processos reais” e então “subordinar a dialética ao materialismo”. Para ele, o ponto principal não é tanto o resultado estrutural do processo de abstração (a subjetividade reificante do capital), mas como as duas subjetividades (das classes em luta) atravessam e instabilizam todo o constructo teórico. O antagonismo vai atravessar, portanto, todos os conceitos marxistas. Menos para encerrá-los (dialeticamente, dois em um) do que para perscrutar os pontos em que podem ser explodidos, libertando e fazendo emergir a subjetividade revolucionária (antagonisticamente, um em dois): “Como se a dissociação não fosse passada da realidade aos livros-texto, mas inversamente dos livros-texto à realidade, e como se aqui se tratasse de um nivelamento dialético de conceitos e não da concepção das relações reais”.²⁰ Torna-se fundamental não nivelar os conceitos atrás de explicações sistêmicas fechadas, mas, precisamente, tornar visível e factível a instabilização dos arranjos dialéticos do processo. “A relação deve conter a possibilidade de cisão; não existe categoria que não possa ser definida fora da possibilidade de cisão” (NEGRI, 1991). Do que decorre: “a identidade é partida em diferença, e a diferença percebida como antagonismo” (ibidem, p. 46).

O método da abstração determinada²¹ propõe partir do abstrato para o concreto, e então percorrer o caminho de retorno. Nesse vaivém, permite apreender a “rica totalidade de muitas determinações e relações” (MARX, 2011). O elemento concreto que importa, assim, é ponto de chegada, é o resultado do método e não sua premissa. O processo de síntese não está na ação do pensamento, como no hegelianismo, mas no próprio processo real que o pensamento tenta se acercar (ibidem, p. 55-61, até o fim do parágrafo). Marx dá o exemplo da relação jurídica da propriedade. Ela não pode ser sintetizada no real sem passar pela posse, que é categoria que a precede em desenvolvimento. A propriedade contém como uma de suas determinações a posse, mas não pode ser explicada só por ela, como se fosse uma evolução. É que a propriedade, como relação jurídica, está determinada por um processo produtivo mais complexo e dinâmico, do que aquele que sustenta a posse, operativa numa matriz mais simples das forças produtivas. Daí

19 Sobre este parágrafo, ver em NEGRI, 1991, p. 43-46.

20 Cf. MARX, 2011, p. 45 [Tradução aproveitada da edição brasileira dos Grundrisse].

21 Na edição brasileira, “por meio de uma *abstração mais precisa*” [grifo meu]. MARX, 2011, p. 54

que a propriedade permite a compreensão da posse, jamais o inverso, — uma vez que a propriedade *não* decorre de um desenvolvimento interno das possibilidades intrínsecas da posse, como se sua autoidentidade tivesse desabrochado em um estágio historicamente mais evoluído. Por isso, embora a propriedade seja mais abstrata do que a posse, lhe sucede em riqueza de determinações, como entidade participante do processo do capital. “Portanto, as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico” (ibidem, p. 57) e, metaforicamente, “A anatomia do ser humano é a chave para a anatomia do macaco” (ibidem, p. 58). Para a metodologia marxista, mais uma vez, o que importa ressaltar não é a consistência da sistematização de abstrações reais do capital, quase em contemplação estética da dialética capitalista. Mas perceber que “são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas” (NEGRI, 1991), de modo que se torne visível e factível a sua subversão e destruição, tensionando até romper essas relações que o processo busca sintetizar abstratamente.

Para Negri, isto não significa “ceticismo epistemológico, mas a destruição de qualquer tipo de fetichismo do concreto” (NEGRI, 1991, p. 47). A teoria ocupa um lugar importante no materialismo. É preciso transformar a metodologia de produção do conhecimento, do abstrato ao concreto, o que o autor operaísta esclarece ser um “processo coletivo, um esclarecimento coletivo proletário e, em consequência, elemento de crítica e uma forma de luta” (NEGRI, 1991, p. 47-48). A pesquisa militante se situa, portanto, a meia distância, entre as abstrações que buscam a riqueza de determinações do real, e os projetos de luta, ou seja, os problemas reais enfrentados pela classe. Daí a importância da mútua implicação entre militância e intelectualidade; uma para situar os problemas, a outra para disparar a abstração determinada neles. A composição se congrega, a seguir, numa produção colaborativa de conhecimento que, em seu processo mesmo, contribui para a organização do movimento.

Para Paolo Vinci (2008, p. 53-64), a abstração determinada como teoria materialista do conhecimento assume duplo rendimento. Essa dupla faz do método mais que critério epistemológico, no estatuto de ferramenta prática de luta. Primeiro, como analítica das relações de poder, interrogando sobre os diferentes elementos, contradições e antagonismos que constituem determinada expressão situada da produção em geral. Segundo, como *invenção* contextualizada dessa realidade, como “antecipação estratégica do campo de possibilidades (tendência)”. A colocação em marcha dos problemas e campos de possibilidade subjetiviza o conhecimento, isto é, abre a sua dimensão de processo materialista, o que, a seu

passo, reforça as determinações subjetivas e a “afirmação de classe”. Não se trata, propriamente, de conscientização, uma vez que o conhecimento não busca conhecer o concreto além das abstrações, mas criá-lo ele mesmo por meio delas, – e em paralelo às sínteses fechadas do capitalismo. O círculo abstrato-concreto-abstrato não se limita a repropor alguma sociologia empírica, mas, sim, inviabilizar qualquer possibilidade de conhecimento não-situado na luta de classe, na dimensão política e antagonista de todos os conceitos, métodos e estratégias, em processo de elaboração. “O elemento subjetivo é importante, porque é ele que reclama a superação da divisão social, a reapropriação de suas relações sociais” (ibidem, p. 62).

A abstração determinada culmina com o método da tendência (NEGRI, 1991, p. 48-54). Mediante a tendência, Negri estabelece uma relação entre o simples e o complexo. Se, por um lado, o abstrato busca o concreto, o que se dá na abstração determinada; o concreto também busca no abstrato a sua determinação. Isto é, categorias simples, que podem existir cronologicamente antes, só atingem seu pleno desenvolvimento em condições complexas e abrangentes (extensiva e intensivamente) da produção em geral. Daí que elementos conceituais mais simples e concretos, como a posse, o valor de uso ou o trabalho concreto, articulam-se em processo na esteira do desenvolvimento de formas históricas mais complexas, o que os converte em abstrações mais gerais, como a propriedade, o dinheiro ou o trabalho abstrato. O que de mais concreto sucede na vida precisa galgar um status de abstração não para se depurar de determinações, mas para preencher-se delas em seu estado mais rico e diversificado. Não ocorre propriamente uma evolução, mas uma sucessiva síntese de diferenças em direção ao abstrato, cujas categorias mobilizam o processo produtivo. Como o desenvolvimento histórico é determinado pela luta de classe, essas diferenças são antagonismos, e a tendência carrega consigo num turbilhão o caráter conflitivo diretamente no âmago da maquinaria abstrata do capitalismo. É isto que Negri chama “comunismo na metodologia”: a percepção de que o processo do capital, em sua plethora de relações complexas de abstrações reais, pode ser desestabilizado e destruído *por dentro* das próprias determinações abstratas. Não se trata mais, portanto, de desmistificar o abstrato a fim de reencontrar o concreto livre do capital (a posse, o valor de uso, o trabalho concreto). Mas constatar como todas as categorias abstratas desta maquinaria complexa (a propriedade, o dinheiro, o trabalho abstrato) podem ser *reapropriadas*, mediante uma metodologia que rasgue a unidade sintética das determinações, resgatando os antagonismos e contradições (históricos) que permearam a abstração em primeiro lugar. O que Negri chama de “verdadeiro na prática” (NEGRI, 1991, p. 50), (ou critério prático de verificação): o coração das lutas, numa rela-

ção saturada de subjetividades. Por isso, a aposta da subjetividade revolucionária, para se articular às lutas reais e emergências de sujeitos e sabotar o funcionamento global do sistema, na sua lógica capitalista. Menos para retornar a algum concreto selvagem, mas para inventar um novo abstrato (pois toda forma histórica da “produção em geral” resulta de abstrações determinadas), destruindo a subjetividade do capital (do comando/obediência, da exploração/mais-valor, do estado/controlado social).

Disso decorre a sequência metodológica de forte abstração (com fundo real), que caminha em direção à prática e à subjetividade, para, a seguir, em reconstrução do processo em seus momentos constitutivos, despedaçá-lo no aprofundamento da crise, dos antagonismos e contradições. De dentro dos fluxos produtivos de que o capital se apropria, trata-se de fazer escoar a subjetividade revolucionária, em alteridade radical com relação aos capitalistas, ou melhor, à produção de capitalistas. Tais condições epistêmicas asseguram a luta de classe *dentro e contra* o capitalismo, numa copesquisa junto dos circuitos e processos produtivos, na fronteira em que os sujeitos e objetos são constituídos uns para os outros, na disposição do capital. A metodologia dos *Grundrisse* “é completamente subjetivada, totalmente aberta ao futuro, e criativa, e não pode ser fechada em totalidades dialéticas ou unidades lógicas. A determinação é sempre a base de todo o significado, de toda a tensão, de todas as tendências” (NEGRI, 1991, p. 12).

O método busca coletivamente os pontos onde a prática militante possa se apoiar e saltar, irrompendo as relações sintetizadas pelo capital, seus antagonismos e contradições. O ritmo da investigação acompanha o ritmo das lutas e vice-versa, pois a partir daí se formulam os problemas e oportunidades reais, para a ruptura da maquinaria. “Cada pesquisa resulta, em sua apresentação, tentativas de caracterizar o conteúdo do antagonismo e vê-lo, tendencialmente, em seu próprio dinamismo; quando o dinamismo dispara, observamos uma verdadeira explosão conceitual” (ibidem, p. 13). Participa, deste modo, de um processo de organização e produção de subjetividade, em constante deslocamento: testa e investe no aprofundamento dos antagonismos que atravessam as categorias do capitalismo presente, – que a ciência econômica a seu serviço tenta apresentar e estabilizar como objetivamente determinadas.

A renovação da copesquisa

Um pouco mais de 20 anos depois do seminário *Marx além de Marx*, Antonio Negri apresentou uma lição sobre “a práxis militante como sujeito e episteme”, em aula ministrada na universidade calabresa de Cosenza (NEGRI,

2003, p. 223-240). Nela, o autor reforça o caráter imanente da produção de subjetividade, que explode antagonismos *por dentro* da produção social capitalista. Ressalta como a investigação teórica que constitui o objeto (o concreto como linha de chegada) das relações caminha lado a lado com a emergência incessante dos sujeitos (a franja da subjetividade), numa ontologia constituinte. As mutações no mundo do trabalho vivo e das formas de poder constituído devem ressoar em novas formas de organização ativista, que mantenham afiadas as armas da copesquisa militante. O campo prático dos antagonismos precisa ser investigado na emergência de novos sujeitos sociais, num contexto de capitalismo globalizado e financeirizado, em plena crise do neoliberalismo: “qual é a copesquisa que hoje se pode fazer, no pós-moderno, dentro da total transformação dos horizontes do trabalho da organização social?” (ibidem, p. 228).

No século 20, a *Introdução (Einleitung, em alemão)* aos Grundrisse bastava para lançar as bases para uma pesquisa metodológica em que ação e teoria se conjugam para a ruptura da ordem capitalista. Na virada do século 21, se propõe uma renovação do método, uma “nova *Einleitung*”²², mais condizente à realidade contemporânea das lutas sociais e da matriz de exploração e comando do capitalismo. Se, do lado do capital, se sofisticaram os mecanismos de controle, mais pervasivos e abrangentes; mudam também as coordenadas de criação e aprofundamento da subjetividade revolucionária. A cooperação intensificada pelas novas tecnologias sociais e a socialização do processo produtivo por todo o tecido populacional conduzem à geração de um excedente cada vez maior, em relação ao sistema da fábrica convencional. Esse excedente cooperativo e socializado galga autonomia em relação ao planejamento e controle dos capitalistas. Antes, o capitalista reunia meios de produção e os trabalhadores no mesmo tempo e espaço, onde induzia e mantinha sob controle a cooperação. Agora, a cooperação acontece cada vez mais fora da fábrica. A produção social se dissemina mais abertamente pela esfera da circulação e da reprodução. O capital então desenvolve outras formas de exploração, ao captar o valor produzido nas “externalidades positivas”. Isto é, fora do processo fabril, sem mediação do comando e divisão capitalistas, através da cooperação social imediatamente produtiva. A fábrica se espalha molecularmente pelo corpo social, se torna um feixe de relações difusas pelas esferas da circulação e da distribuição. O capital nunca foi tão socializado e abstrato, num regime de acumulação mais intensivo e flexível. Neste contexto, as abstrações reais do capital mudam de configuração, sofisticam-se (incrementam em riqueza

22 Cf. o capítulo escrito com Michael Hardt de *Cinco lições sobre o Império* (NEGRI, 2003, p. 241-271).

de determinações) na mesma medida em que se tornam mais abstratas, quando a lei do valor entra em crise, bem como toda a metrificacão do valor baseada no tempo de trabalho.²³

Coloca-se, portanto, um novo desafio para os problemas da copesquisa e do método da abstracão determinada/tendência antagonista, na contemporaneidade²⁴. Se nos anos 1960, no auge do Fordismo, a *conricerca* encontrava como campo de atuação a organizacão dos trabalhadores na fábrica, agora, no século 21, devem ser perscrutados os territórios sociais onde se articula, com centralidade, as forças do trabalho vivo. Se a fábrica agora é social, difusa e global, faz-se necessário engajar a copesquisa no mundo pós-fordista ou pós-moderno do trabalho social. A produçã social se estende através da sociedade urbana como um todo. Seus feixes, redes e mananciais organizam e continuamente deslocam e reorganizam a captura capitalista da mobilidade e da produtividade da vida como processo produtivo imanente, da produçã biopolítica, dos planos multiestratificados de economia, cultura e política, numa espessura compartilhada de existência metropolitana. As ferramentas conceituais elaboradas pelos operaístas precisam ser testadas e re combinadas, junto à franja de emergência de novos sujeitos e lutas sociais da metrópole, isto é, da subjetividade revolucionária de nossa condiçã. A produçã de subjetividade que está em jogo só pode circular e se intensificar nesse horizonte de lutas. É preciso levar em consideracão os processos de cooperacão, comunicacão, imaginacão, as novas formas de vida e de relações sociais, que somente aparecerão, – subjetivando-se, – quando compreendidos na imanência mesma da copesquisa.

Isto significa, por outro lado, testar hipóteses, de maneira militante, a respeito das novas formas difusas de exploracão, da captura dos fluxos produtivos

23 Para uma exposiçã bastante conceitual da virada em direçã ao capital social e à crise da lei do valor, cf. NEGRI, *Crise della legge del valore-lavoro e Lavoro produttivo e improduttivo*, verbetes do Lessico Marxiano organizado por Alisa Del Re, p. 87-94 e p. 117-136. Para explanacão mais panorâmica, o trabalho já clássico de Maurizio Lazzarato e Antonio Negri, *Trabalho imaterial* (Explorar a mudançã entre Fordismo e pós-fordismo (também descrita como do moderno ao pós-moderno capitalista), numa perspectiva diacrônica, ultrapassa o escopo definido neste artigo, ficando o fio solto para futuros desenvolvimentos.

24 Desenvolvimento abrangente da problemática da copesquisa hoje, na ediçã dedicada à “Fareinchiesta metropolitana” [Fazer pesquisa metropolitana]: *Rivista Posse* n. 2/3, Roma: 2001. Texto mais recente recolocando o problema na crise global: I luoghi della lotta di classe: per fare conricerca [Os lugares da luta de classe: para fazer copesquisa], disponível em: <http://uninomade.org/i-luoghi-della-lotta-di-classe-per-fare-conricerca/> (texto coletivo da Universidade Nômade Itália, 2012).

ao longo dos circuitos de circulação e valorização do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, copesquisar (em todo o seu sentido como organização do movimento) a condição de explorado dos “trabalhadores” da fábrica social é uma síntese prático-teórica fundamental, como campo de formulação de hipóteses e métodos de atuação. Em suma, trata-se de indagar sistematicamente a composição política de classe, que pode ser constituída e se constitui, *no processo mesmo de sua constituição*.

Portanto, seguindo o melhor Marx, o além-Marx dos Grundrisse, se o capitalismo se reestruturou na *extrema* abstração de um controle financeirizado, globalizado e biopolítico, – essa matriz sofisticada de abstração real só pode significar, como contrapartida, a *extrema* riqueza de determinações e diferenças e antagonismos que proliferam ao longo de todo o processo produtivo, que o capital precisa abstrair para continuar explorando a vida. Noutras palavras, o trabalho vivo está mais autônomo do que nunca, – capaz de organizar-se e cooperar na fortuna material de sua composição, – em relação ao capital, a seu passo cada vez mais parasitário. A copesquisa pode ajudar a organizar essa autonomia, além das mediações, constituindo a classe, a luta de classe. A atualidade comunista paradoxalmente se torna viável no mais pervasivo capitalismo globalizado, *dentro e contra* a maquinaria capitalista.

O operaísmo, de fato, nunca foi tão atual.

Referências

- ALQUATI, Romano. *Per fare conricerca*. Turim: 1993, Velleità Alternative.
- ALTAMIRA, César. *Os marxismos do novo século*. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: 2008. Civilização Brasileira. Capítulo 2: O operaísmo italiano.
- COCCO, Giuseppe. Introdução a LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- FALBO, Ricardo Nery. Direito, discurso e marxismo. In: BARRETO, Martônio; BELLO, Enzo (orgs.). *Direito e Marxismo*. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre o Império*. Trad. de Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *Marx beyond Marx. Lessons on the Grundrisse*. Trad. Harry Cleaver, Michael Ryan e Maurizio Virno. Londres: Pluto Press, 1991 [1979].

ROGGERO, Gigi. Liberdade Operaísta. Trad. Pedro Mendes. *Revista Lugar Comum*, n. 30, 2011.

TOSCANO, Alberto. Chronicles of insurrection: Tronti, Negri and the Subject of Antagonism In: CHIESA, Lorenzo, TOSCANO, Alberto (orgs.). *The Italian Difference: between Nihilism and Biopolitics*. 2a ed. Melbourne: 2009, re-press.

TRONTI, Mário. *The Strategy of Refusal in Italy: Autonomia. Post-Political Politics*. Vol 3. N. 3. Nova Iorque: 1980, Semiotext(e). Esse artigo data de 1965.

TRONTI, Mario. *Operai e capitale*. Turim: Einaudi, 1966.

VINCI, Paolo. Astrazione determinata. Verbete in *Lessico Marxiano*. DEL RE, Alisa e outros (orgs.). Roma: Manifestolibri, 2008.

WRIGHT, Steve. *Storming heaven: class composition and struggle in Italian Autonomist Marxism*. NY: mimeo, 2004.

■..... **Bruno Cava** é graduado em direito e engenharia, mestre em filosofia do direito, participa da rede Universidade Nômade e publica o blogue Quadrado dos loucos (<http://www.quadradosloucos.com.br>). Coeditor das revistas Lugar Comum e Global Brasil. É autor, com Alexandre Mendes, de *A vida dos direitos. Violência e modernidade em Foucault e Agamben*.